



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA ROBERTA DE SOUZA TORRES**

**UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COM SERVIDORES PÚBLICOS  
DO ESTADO DO PERNAMBUCO NO ANO DE 2023**

**MONTEIRO/PB  
2023**

ANA ROBERTA DE SOUZA TORRES

**UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COM SERVIDORES PÚBLICOS  
DO ESTADO DO PERNAMBUCO NO ANO DE 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Contabilidade.

**Orientador:** Prof. Me. Mauricéia Carvalho Nascimento.

**MONTEIRO/PB  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T693e Torres, Ana Roberta de Souza.  
Um estudo sobre educação financeira com servidores públicos do estado do Pernambuco no ano de 2023 [manuscrito] / Ana Roberta de Souza Torres. - 2023.  
30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Mauriceia Carvalho Nascimento ,  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE. "

1. Finança pessoal. 2. Planejamento financeiro. 3. Servidor público. 4. Educação financeira. I. Título

21. ed. CDD 332.024

Elaborada por Talita R. Bezerra - CRB - 15/970

Biblioteca  
José  
Rafael de  
Menezes

**ANA ROBERTA DE SOUZA TORRES**

**UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COM SERVIDORES PÚBLICOS DO  
ESTADO DO PERNAMBUCO NO ANO DE 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade.

Aprovada em: 29/11/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

*Mauricéia Carvalho Nascimento*

**Prof.ª Me. Mauricéia Carvalho Nascimento (Orientadora)**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Josimar Farias Cordeiro*

**Prof. Me. Josimar Farias Cordeiro**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Wilton Alexandre de Melo*

**Prof. Me. Wilton Alexandre de Melo**  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Primeiramente, à Deus por tudo que tem feito na minha vida, em segundo ao meu filho João Marcus, minha razão de viver, DEDICO.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> -Sexo dos respondentes.....	17
<b>Gráfico 2</b> -Faixa etária.....	18
<b>Gráfico 3</b> - Escolaridade dos respondentes .....	18
<b>Gráfico 4</b> - Estado civil .....	19
<b>Gráfico 5</b> - Faixa salarial .....	20
<b>Gráfico 6</b> - Renda total familiar .....	20
<b>Gráfico 7</b> - Número de dependentes .....	21
<b>Gráfico 8</b> - Nível de conhecimentos financeiros .....	21
<b>Gráfico 9</b> - Posição sobre planejamento financeiro .....	22
<b>Gráfico 10</b> - Instrumentos utilizados para controle e gerenciamento das finanças .....	22
<b>Gráfico 11</b> - Respondentes que se consideram endividados .....	23
<b>Gráfico 12</b> - Percentual de rendimentos que estão comprometidos com prestações/obrigações .....	23
<b>Gráfico 13</b> - Respondentes que realizam investimentos .....	24
<b>Gráfico 14</b> - Se os respondentes possuem reserva de emergência e em caso de imprevisto quanto essa reserva conseguiria cobri-los .....	24

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACREFI	Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
EF	Educação Financeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	07
2	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	10
2.1	<b>Educação Financeira</b> .....	10
2.2.1	<i>Consumo</i> .....	12
2.2.2	<i>Endividamento</i> .....	13
2.2.3	<i>Investimento</i> .....	14
2.2.4	<i>Aposentadoria</i> .....	15
3	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	16
4	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	17
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	25
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	25
	<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	29



## UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COM SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PERNAMBUCO NO ANO DE 2023

Ana Roberta de Souza Torres\*

### RESUMO

Esta pesquisa objetivou identificar como os servidores públicos do estado do Pernambuco planejam suas finanças. Como objetivos específicos buscou caracterizar o perfil sociodemográfico dos servidores e conhecer o planejamento e comportamento financeiro deles. Com relação aos procedimentos metodológicos o estudo caracterizou-se como qualitativo, descritivo e de casos múltiplos com coleta de dados através da aplicação de questionário com 47 servidores. Os principais achados demonstram que: a maioria dos respondentes são do sexo masculino; possuem mais de 41 anos; possuem especialização; são casados; possui renda mensal entre R\$ 3.000,00 e R\$ 6.000,00; possui renda familiar entre R\$ 6.000,00 e R\$ 10.000,00; 68,1% possuem entre 1 e 3 dependentes; não se sentem muito seguros sobre seus conhecimentos de Educação Financeira; se preocupam mas não realizam planejamento financeiro; usam o caderno de anotações como instrumento de gerenciamento e controle; não se consideram endividados; possui de 31% a 60% de sua renda comprometida com prestações, ou, obrigações; não fazem aplicações e não possuem reserva de emergência.

**Palavras-Chave:** Finanças. Planejamento. Servidores públicos.

### ABSTRACT

This research aimed to identify how civil servants in the state of Pernambuco plan their finances. The specific objectives were to characterize the sociodemographic profile of civil servants and to learn about their financial planning and behavior. With regard to methodological procedures, the study was characterized as qualitative, descriptive and a multiple-case study with data collected through the application of a questionnaire to 47 civil servants. The main findings show that: the majority of respondents are male; are over 41 years old; have a specialization degree; are married; have a monthly income of between R\$ 3,000.00 and R\$ 6,000.00; have a family income of between R\$ 6,000.00 and R\$ 10. 000.00; 68.1% have between 1 and 3 dependents; do not feel very confident about their knowledge of Financial Education; are concerned but do not carry out financial planning; use a notebook as a management and control tool; do not consider themselves to be in debt; have between 31% and 60% of their income committed to installments, or obligations; do not make investments and do not have an emergency reserve.

**Keywords:** Finances. Planning. Civil servants.

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo está passando por mudanças em relação à economia e ao consumo e, a partir de 2020, com a pandemia da COVID-19<sup>1</sup> elas se intensificaram. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresenta que, com a pandemia do COVID-19 relacionada ao

\* Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – torresanaroberta@gmail.com

<sup>1</sup> O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados (FIOCRUZ, 2019).

isolamento social e às milhares de mortes pelo mundo, resultaram no decaimento do consumo em diferentes países e, pode-se perceber um declínio no Produto Interno Bruto (PIB) americano que, no segundo bimestre de 2020 foi 9,1% menor em relação ao trimestre anterior. Na região onde o Euro predomina, considerando países europeus, em 2020 a queda foi de 12,1%, e no Japão 7,8% (IPEA, 2020).

Existe uma retomada para os negócios mundiais, que envolvem as medidas de políticas monetárias e na mitigação dos efeitos da pandemia sobre a demanda, o emprego, renda e crédito (IPEA, 2020).

A mesma situação com relação ao consumo reduzido ocorre no Brasil, com a presença da COVID-19 no país, levando a população a reduzir seus gastos em determinados serviços, bens e produtos. No entanto, no final de 2019 os dados eram mais otimistas com relação com a capacidade de compra de imóveis, com as finanças pessoais e o padrão de vida, resultado de uma pesquisa realizada em parceria entre a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI) e Kantar Brasil Insight, e ainda apresentou que a oferta de crédito iria ser maior para compra de automóvel e imóvel, a serem financiados no ano seguinte (Gava, 2014).

Silva *et al.* (2020) apresentam que nos últimos anos o endividamento do brasileiro está aumentando gradativamente, de acordo com os dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em 2019 existiam 774,4 mil famílias brasileiras que não conseguiram pagar as dívidas no final do mês e, com isso, ficaram com contas atrasadas e até inadimplentes com seus compromissos mensais. Assim, percebe-se que os brasileiros estão adquirindo cada vez mais dívidas que não conseguem ser pagas no tempo hábil, e com isso, se tem um consumo excessivo, resultado de uma má administração das finanças.

Esse fato ainda é intensificado com a facilidade do acesso ao crédito que existe no Brasil, como cartão de crédito, empréstimo pessoal, cheque especial que, adquiridos pelas pessoas mais vulneráveis, tendem a causar endividamento. E sem a consciência ou uma educação efetiva para lidar com as finanças as pessoas devem se manter afastadas quanto a este tipo de incentivo, a aquisição de crédito financeiro (Silva *et al.*, 2020).

Nesse contexto, a EF torna possível desenvolver os valores e as competências necessárias para tomada de decisões conscientes naquelas oportunidades de atividades financeiras, conhecendo os riscos que podem surgir e procurando a ajuda certa, além de adotar ações que melhorem o bem-estar. Assim, pode-se formar um indivíduo mais consciente quanto suas ações, tornando-o responsável e comprometido com o futuro (SPC, 2019).

A EF é considerada uma forte aliada no que se trata, principalmente, de finanças e sua devida relação com o endividamento, proporcionando a quem dela faz uso, ou pelo menos tem o conhecimento, uma melhor gestão de suas finanças, gerando assim maiores benefícios econômicos e financeiros futuros aos indivíduos e sociedade (Banco Central do Brasil, 2013).

Para Gonçalves (2016) alguns especialistas da economia afirmam que se trata de um problema impulsionado pela facilidade de compra de produtos, contratação de serviços ou créditos por instituições financeiras facilitados, mas que levam os consumidores a uma situação de dívidas impulsivas, e assim, gera o endividamento, isto é, momento em que o indivíduo compra mais do que suas economias podem pagar. O que resulta desta situação é a impossibilidade de quitar as dívidas mensais, passando a ter um acúmulo delas, e uma das soluções que as pessoas veem, mesmo sem ter os conhecimentos da educação financeira, por exemplo, é a aquisição de empréstimos, para que o consumidor pague o que deve, limpe seu nome no mercado, porém, apenas troca uma dívida por outra.

O endividamento é uma situação, uma questão comportamental do indivíduo, que está diretamente ligada a gestão financeira, demográfica, variáveis socioeconômicas e do perfil de cada um (Ávila; Ferreira, 2019). Assim, percebe-se que existem diversas situações que estão

envolvidas com a educação financeira, de modo que cada uma delas interferem nas soluções financeiras ou na intensificação das dívidas na vida do indivíduo.

Assim, além de ser importante para que as pessoas possam gerir melhor os seus recursos financeiros e aprenderem a se desvencilhar do endividamento, a EF também é necessária no que diz respeito aos investimentos, uma vez que, ter uma reserva financeira é essencial, contudo, nem todos sabem constituí-la (Banco Central do Brasil, 2013).

O termo "investir" pode ser associado a diferentes atividades, mas o objetivo comum nessas atividades é "empregar" o dinheiro (fundos) durante o período, buscando aumentar a riqueza do investidor. Os fundos a serem investidos provêm de ativos já detidos, dinheiro emprestado e poupanças. Ao renunciar ao consumo hoje e investir suas economias, os investidores esperam aumentar suas possibilidades de consumo futuro, aumentando sua riqueza (Halfeld, 2014).

Assim, levando em consideração os pontos abordados, este estudo tem como embasamento a pesquisa realizada por Abreu e Abrantes (2022), a qual objetivou evidenciar o planejamento financeiro pessoal dos servidores públicos do município de Marizópolis-PB, bem como avaliar seu nível de endividamento e alternativas de investimentos realizadas pelos mesmos, os dados evidenciaram que: a maior parte dos respondentes fazem parte de um núcleo familiar, onde dependem de apenas um salário mínimo para honrarem com seus compromissos, com um nível de educação financeira médio; em relação ao planejamento pessoal, é destacado que maior parte não o pratica de forma eficiente e utilizam do caderno de anotações como principal ferramenta para controle de gastos; apesar de que a maioria afirma não estarem endividados, foi evidenciado que a maior parte de seus rendimentos mensais estão comprometidos com obrigações, além disso, poucos buscam alternativas para contornar essa situação, como realizar algum tipo de investimento, e não possuem uma reserva de emergência, o que os coloca em uma situação de risco em casos imprevistos de qualquer natureza.

Diante destes fatores, o presente trabalho pretendeu responder à seguinte problemática: **Como os servidores públicos do estado do Pernambuco planejam suas finanças?**

Desse modo, o objetivo geral foi identificar como os servidores públicos do estado do Pernambuco planejam suas finanças. E como objetivos específicos: caracterizar o perfil sociodemográfico dos servidores; conhecer o planejamento e comportamento financeiro dos servidores.

Com esta pesquisa espera-se gerar conhecimentos científicos sobre a educação financeira, considerando necessária esta discussão para todos aqueles interessados em ter maiores conhecimentos na área, uma vez que, os indivíduos, independente de idade, profissão, tornar-se-ão pessoas detentoras de uma melhor gestão de suas finanças pessoais e, portanto, menos endividadas. Também, busca-se contribuir para os profissionais da área, para a sociedade.

De acordo com Campos (2012), por meio do conhecimento financeiro as pessoas passam a ter uma maior estabilidade em suas atividades, assim com decisões mais efetivas no campo das finanças, algo que lhes gera uma melhor estabilidade financeira, ou promove o desenvolvimento de rotinas mais incisivas a fim de evitar o comprometimento ou endividamento financeiro.

Por outro lado, sabe-se que a EF ainda é pouco explorada no Brasil, sendo apresentada na literatura, na maioria das vezes, a um grupo restrito de pessoas, como universitários e profissionais da área de economia (Reis, 2020).

Assim, torna-se necessário que os indivíduos passem a ter acesso a este tipo de educação para tornarem-se detentores de suas economias, comprando e investindo de forma consciente para que não se haja um endividamento indesejado. Uma vez que, por meio da

prática da educação financeira as pessoas passam a ter mais consciência dos valores que podem ser gastos, assim como os pontos que precisam ser observados por parte das pessoas para que os seus rendimentos financeiros consigam ser estabilizados ou dando maior suporte aos mesmos em suas finanças.

O presente trabalho encontra-se estruturado em cinco seções, onde a primeira apresenta esta referida introdução com uma contextualização sobre a temática abordada seguida pelos seus objetivos e a justificativa da pesquisa; já a segunda parte traz o referencial teórico abordando diversos tópicos relacionados com o tema, tais como Educação Financeira; Consumo; Endividamento; Investimento e Aposentadoria ; no capítulo três são abordados os procedimentos metodológicos; no tópico quatro são apresentadas a análise e discussão dos resultados seguido pelas considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste tópico, busca-se demonstrar uma descrição pormenorizada acerca dos conceitos inerentes a Educação Financeira, assim como tem sido feita a sua aplicação na sociedade. Visa também, demonstrar aspectos sobre consumo, endividamento, investimentos e aposentadoria dos cidadãos brasileiros, enfatizando sempre a perspectiva da aplicabilidade da educação financeira para estes fins, de acordo com a literatura.

### **2.1 Educação Financeira**

No Brasil pouco se fala sobre uma forma de conscientização do indivíduo com relação a suas finanças, ao consumo responsável de produtos e serviços, e a forma de se impor diante de algumas situações de compras e vendas. O que se fala é algumas situações, palestras, alguns cursos de graduação ou profissionalizantes, e outras situações de cunho pedagógico ou acadêmico (Templeton, 2016).

Uma das formas do indivíduo ter consciência das crises econômicas, do conhecimento de informações importantes para lidar com números e ter um planejamento efetivo é a educação financeira. Esta situação promove a garantia de consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais (Campos, 2012).

Vale salientar que, de acordo com Andrade e Lucena (2018) existe uma diferença entre a alfabetização financeira e a educação financeira, onde na primeira trata-se de um amplo conhecimento no campo das finanças, onde envolve basicamente três dimensões básicas: o conhecimento, a atitude e o comportamento financeiro. Já o segundo, diz respeito apenas a uma dimensão: o conhecimento financeiro.

O termo educação está relacionado com o fato de se relacionar com os conhecimentos diante dos termos financeiros de mercado, da habilidade com a matemática financeira para interpretar dados e lidar com relação ao uso do dinheiro, para que não aconteçam imprevistos, onde todas as ações e decisões são pautadas de acordo com os conhecimentos do direito, normas sociais e experiências práticas adquiridas durante os tempos (Claudino *et al.*, 2009).

Com a educação financeira o indivíduo adquire e aprimora a forma das pessoas planejarem o seu futuro, principalmente no acúmulo de ativos e para se ter um nível adequado de renda, e ainda elaborar planos orçamentários que sejam compatíveis com a renda financeira que se tem (Claudino *et al.*, 2009).

De acordo com Andrade e Lucena (2018) trata-se da aquisição de conhecimento que levam o indivíduo a desenvolver habilidade que viabilizam a tomada de decisões fundamentais e seguras para a melhora das finanças pessoais, ou ainda, aquelas que envolvem o orçamento familiar.

A Educação Financeira possibilita conhecer todas as formas de aplicação do dinheiro, a partir dos conhecimentos da dinâmica dos juros compostos e obtenção do montante muito maior que o valor aplicado, assim, ao investir não significa apenas o ato de aplicar, mas sim envolve um conceito muito maior comparado ao ato remunerado de poupança feita no presente para que se atinja um montante em um futuro desejado (Claudino *et al.*, 2009).

As competências da educação financeira estão relacionadas à educação para a informação de assuntos diversos relacionados a dinheiro, como o crédito, investimento, bancos, seguros, impostos e gestão financeira, além de ter a possibilidade que o indivíduo adquira o hábito de planejar e tomar decisões financeiras corretas, e assim, gerir de maneira eficaz suas finanças (Vieira; Bataglia; Sereia, 2011). Essa situação envolve a administração consciente do dinheiro, e nessas situações, envolvem-se, basicamente, orçamentos, poupança e investimento.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar.

Percebe-se que com a EF, o indivíduo tem a possibilidade de criar estratégias ligadas a ações imediatas ou demoradas, mas que estão voltadas para lidar com fatores econômicos do indivíduo, e assim manter-se dentro do orçamento pessoal.

Já os fundamentos da Educação Financeira é proporcionar o equilíbrio entre as receitas e as despesas, que necessita ser realizada com regularidade (Templeton, 2016). Assim, esta é descrita pelo SPC<sup>2</sup> Brasil (2019) como sendo a melhor forma de lidar com imprevistos do mercado, preparando o indivíduo para alcançar o êxito quanto a diferentes objetivos e projetos, e com isso, garantir a qualidade de vida e o bem-estar emocional individual.

Mesmo sabendo a importância de se conhecer e ter acesso à educação financeira, ainda existem inúmeras pessoas que não consideram suas finanças e sua relação com a economia, e com isso, percebe-se que muitas delas possuem um baixo conhecimento financeiro. Saito (2017) apresenta que em pesquisa realizada em colaboração com o Instituto Data Popular, realizado em 2008, foi observado que os brasileiros veem o dinheiro como uma forma de realização de pagamento necessário para o cotidiano, e serve também para aquisição de bens, como carros e casas.

A parte financeira de uma pessoa ou família contribui diretamente para a evolução e desenvolvimento da criança ou adolescente, sendo muitas vezes determinante para o comportamento dos mesmos no decorrer dos anos. Ficando assim comprovado a importância de se ter uma educação financeira para orientar as pessoas principalmente crianças e adolescentes de como utilizar o seu dinheiro, o cuidado necessário entre outros pontos.

A educação financeira vem somar no desenvolvimento das pessoas, de suas relações e auxiliar na economia de um modo geral. Sendo seu objetivo principal apresentar as pessoas os métodos ou formas de suprir suas necessidades sem ter grandes gastos, e como economizar retirando algumas despesas de suas atividades financeiras (D'Aquino, 2018).

Ao praticar tais pontos apresentados pela educação financeira as pessoas poderão ter uma melhor área financeira, realizar alguns objetivos que tem a parte financeira como algo necessário para sua obtenção, poderão desenvolver novos projetos fazendo com que os valores guardados por meio de economia gerem novos valores. Além disso, os indivíduos poderão também aperfeiçoar as suas relações de consumo, uma vez que, não há como viver atualmente sem seguir o fluxo do consumismo, posto que, as pessoas estão sempre

---

<sup>2</sup> Serviço de Proteção ao Crédito.

consumindo alguma coisa, porém, há como usufruir de um consumo consciente, e é nessa perspectiva que a EF deve ser adotada na vida dos cidadãos.

### **2.1.1 Consumo**

O cenário mundial passou por uma crise financeira que afetou diversos setores comerciais, onde todos sentiram tal situação econômica, principalmente as pessoas que possuem menor poder aquisitivo, principalmente com a ocorrência do COVID-19. No Brasil, o panorama não é diferente, pois vemos que nos últimos anos muitos comércios fecharam, a produção e a venda de mercadorias e a oferta de serviços caíram, resultando em uma crise que afeta a vida socioeconômica da população.

De acordo com Gava (2014) é necessário que os indivíduos estejam preparados para eventuais crises econômicas que venham acontecer no Brasil, que em muitas vezes são resultantes da recessão mundial e pela crise nos Estados Unidos da América. Estes eventos resultam no encarecimento de crédito da população e das empresas, e com isso afeta diretamente a oferta de emprego e torna os produtos mais caros para que sejam adquiridos pelos consumidores, como aqueles da cesta básica, o gás de cozinha, a carne, verduras e legumes e o pão.

É importante que as famílias mantenham as contas em dia, saibam controlar os gastos e pesquisem bem antes de realizar uma compra ou adquirir uma dívida. Com isso, se evita compras impulsivas e respeita-se o limite do próprio orçamento, e resulta em uma vida financeira mais saudável (SPC, 2019).

Observa-se que um dos principais aspectos a serem trabalhados para uma estabilidade financeira consiste no consumo, os indivíduos precisam compreender o limite a serem respeitados financeiramente para que aos poucos consigam não somente uma estabilidade financeira, mas alcançar um êxito em umas das áreas mais estáveis entre indivíduos do mundo todo. A educação financeira pode ser descrita como uma ferramenta importante quanto a compreensão dos ganhos e dos gastos, descrevendo alguns procedimentos que podem ser implantados para um êxito quanto as finanças de forma individual (Saito, 2017).

É neste segmento de consumo que percebemos que a educação financeira e o endividamento estão ligados, pois existe uma cooperação quanto a formação do cidadão no sistema econômico para que não haja agentes consumidores de produtos e serviços desenfreados, e assim reduzir para que não haja inadimplência.

Nesse sentido, muitos brasileiros agem economicamente por impulso, por desejos momentâneos, e de acordo com Messias, Silva e Silva (2015, p. 47) afirmam que:

A grande maioria das pessoas não planejam as suas atividades, não se antecipam aos problemas e tem dificuldades quando eles aparecem, agem apenas quando pressionadas e tomam decisões por impulso, baseadas na emoção e não na razão. A sedução do consumo, a busca pela diferenciação, as facilidades na aquisição de bens e serviços, exercem grande poder no comportamento das pessoas, levando-as a consumirem mais do que a sua capacidade de pagamento e de endividamento permite.

Nesse contexto, compreende-se que as pessoas devem procurar agir menos pela impulsividade e mais pela racionalidade, deixando de comprar as coisas simplesmente pela facilidade com que lhes são oferecidas e passando a comprar apenas o que lhe é necessário, ou que esteja dentro da sua capacidade aquisitiva, para que assim não se gere endividamento.

Messias, Silva e Silva (2015) descrevem que existe uma relação evidente entre o marketing das empresas com a oferta de seus produtos, que são apresentadas para atrair a atenção dos consumidores. Assim, trata-se de uma ferramenta que influencia diretamente na

tomada de decisão das pessoas, que são alcançadas através de diferentes meios, variadas faixas etárias, e que são encantados com os apelos comerciais e anúncios que apresentam encantamentos, pela taxa baixa de juro e facilidade de aprovação.

Contudo, compreende-se que apesar da atratividade com que se oferecem os mais variados produtos hoje em dia, é necessário que as pessoas busquem evitar o consumo irracional dos mesmos, utilizando-se da educação financeira para tal, pois, assim é que os cidadãos conseguirão evitar um problema recorrente, o endividamento.

### 2.1.2 Endividamento

“Embora a conjuntura econômica do país possa ajudar a explicar, em parte, as dificuldades enfrentadas pelos consumidores em tempos recentes, muitas vezes falta organização e disciplina para lidar com as finanças” (SPC, 2019, p. 2). Esta situação pode ser observada em pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojista (CNDL), em parceria com o SPC Brasil e o Banco Central, que revelou que 36,0% dos brasileiros não realizam o controle do orçamento e que 44% dos entrevistados estão ou estiveram com o nome sujo nos últimos 12 meses.

De acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC (2019) é comum no Brasil ver que indivíduos assumem um compromisso financeiro em diversas situações do cotidiano, o que pode levar ao endividamento, que é resultado do não comprometimento das dívidas adquiridas, que geram riscos à integridade financeira de uma família, afeta a saúde física e mental dos envolvidos e ocasiona uma série de empecilhos quanto a realização de projetos atuais e futuros.

O endividamento é visto como um descumprimento do compromisso assumido por outrem, onde os produtos ou bens adquiridos de maneira equivocada ou não planejada podem resultar na inadimplência, isto é, no não pagamento pontual dos compromissos financeiros por parte do devedor (Gava, 2014).

As pessoas agem por impulsos, e as promoções de produtos e a oferta de taxas baixas de empréstimos bancários, são situações que ludibriam o pensamento e o desejo do ser humano, de modo que são incapazes de ter uma visão sobre os gastos exagerados na relação entre consumidores e fornecedores, caso não tenha uma educação financeira efetiva (Banco Central do Brasil, 2013).

De acordo com Lucena *et al.* (2014) existem categorias para endividamento, que são:

- Endividamento ativo: São indivíduos que estão constantemente adquirindo dívidas, alegando que não pagou por ter imprevistos quanto as obrigações mensais.
- Sobre endividado – São pessoas em situação de falência, que estouraram algumas formas de crédito no mercado, como o cartão e o cheque especial, realizando inúmeras parcelas e aquisição de empréstimos em diferentes bancos, sejam privados e públicos.
- Endividamento passivo – São as pessoas que passaram algum momento de endividamento na vida, como doença ou desemprego, e adquiriram dívidas pela tal situação.

As novas facilidades de crédito, atreladas a situação do ser humano, levam o consumidor ao endividamento, principalmente pela impossibilidade de pagar a todas as obrigações mensais. Condições estas que podem incapacitar o endividado a pagar todas as suas contas e não ver saída para voltar a ter uma vida sem dívidas não pagas (Reis, 2020).

Com relação ao cartão de crédito, trata-se de uma situação que pode resultar em um comportamento impulsivo, realizando compras consideradas desnecessárias, que muitas vezes são resultantes no baixo nível de bem-estar financeiro e estado emocional negativo do consumidor, de modo a levar a uma compra impulsiva que pode comprometer a renda individual (Ávila; Ferreira, 2019).

Nesse sentido, percebe-se que o endividamento no Brasil sofre contribuição com o crédito dado àquelas pessoas que não conhecem, e conseqüentemente, não praticam a educação financeira, e são iludidas pelas facilidades, taxas menores de juros, e resultam perturbações nas relações familiares com o não cumprimento das dívidas, onde muitas vezes o crédito é pedido e utilizado em compras por impulso, sem controle financeiro algum.

Nesse cenário, a facilidade de acesso ao crédito é um dos aspectos que diferenciam o funcionário público dos trabalhadores de outras instituições. Para o funcionário público, é muito mais fácil e, em vários produtos, ainda mais barato, obter crédito. Tal fenômeno ocorre, principalmente, pelo fato de que, para as instituições ofertadoras de crédito, emprego público é sinônimo de renda garantida, implicando em menor risco (Flores; Vieira; Coronel, 2013).

Com isso, entende-se que existe um comportamento que prevalece nas tomadas de decisões de consumo com relação ao crédito obtido, tornando-se um grupo com maior propensão ao endividamento por não conseguir pagar as contas no final do mês (Reis, 2020).

Messias, Silva e Silva (2015) destacam que o endividamento está relacionado diretamente com o alto consumismo no contexto atual, e que existem impactos no ambiente natural, onde a sociedade capitalista industrial induz os consumidores a realizarem compras para melhoria do bem-estar e da qualidade de vida, e assim torna-se uma ação para suprir as necessidades do indivíduo. Desta forma, o mercado realiza ações para que o cliente seja convencido a comprar, custear determinados produtos ou serviços que estão em alta, ou não “modinha” no mercado, ou que servem de status socioeconômico, e são levados a se endividar para estar em um determinado padrão social.

Muitas formas podem ser utilizadas para sair do endividamento, entrando nas fontes de créditos, tão facilitados atualmente, como: “cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito imobiliário, crédito consignado, crédito produtivo (investimentos e capital de giro), hipotecas, empréstimos com agiotas, parentes e amigos” (Claudino *et al.*, 2009, p. 5).

Existem também várias formas de se adquirir novos créditos no mercado atual, mas este quando não planejado, confrontado e comparado com as finanças pessoais, poderá causar o superendividamento. Caso o indivíduo não venha a pagar todas as dívidas, este por sua vez não deve fazer uso destes créditos, para não acumular mais e mais despesas.

Existe a questão do endividamento por diferentes questões, dentre elas pode-se destacar a proteção das dívidas adquiridas em bancos e instituições financeiras, onde, de acordo com Gava (2014) nestas situações poderá existir a relação entre a educação financeira e os instrumentos legais (como as leis de proteção ao consumidor), regulamentação dos empréstimos e do funcionamento de bancos, financeiras e comércio, de modo a ter medidas fundamentais para redução do problema do endividamento.

Os bancos oferecem opções de créditos que são únicos para cada classe de trabalhador, planejados para atrair mais clientes, atraídos por taxas de juros menores e diferenciados dos tipos de créditos ofertados no mercado, dando opções de crédito direto ao consumidor (CDC), empréstimo pessoal, cheque especial e cartão de crédito (Banco Central do Brasil, 2013).

Devido muitas pessoas buscarem por recursos de terceiros para minimizar suas dívidas, pode-se observar que os créditos concedidos pelos bancos se tornam um incentivo ao consumo, assim como passam a ser um dos principais recursos procurados pelas pessoas que estão com débitos muito altos no mercado. De acordo D’Aquino (2018), os indivíduos apresentam uma instabilidade tanto no consumo diário como nos procedimentos financeiros, por isso precisam de um alinhamento ou conhecimento financeiro mais efetivo.

Assim, partindo do ponto de vista do autor supracitado, entende-se que, apenas com a aquisição de um conhecimento financeiro bem delineado é que os cidadãos conseguirão livrar-se do endividamento e poderão a partir daí, utilizar-se das técnicas da EF para melhorarem suas perspectivas financeiras, aprendendo inclusive a consumir de forma consciente e a fazer investimentos.



### **2.1.3 Investimento**

Quando se fala em investimento,—no contexto pós pandemia considera-se as consequências causadas pela COVID-19 no Brasil, pois com o alto número de mortes, economia em queda e mudanças radicais no modo de relacionar-se com os outros, são fatores que levaram a econômica brasileira a um médio e longo prazo para seu crescimento. Estes fatores são intensificados pela deterioração das contas públicas brasileiras, com déficits fiscais crescentes nos últimos anos, o que se torna um cenário desafiador, em investimento em indústria, infraestrutura, até mesmo em produtos e serviços para consumo individual e familiar (Seillier; Gadelha, 2020).

Mas ao investir, ou seja, alocar recursos considerando incertezas e graus de riscos mensuráveis, as decisões devem ser avaliadas, o que contribui para não haja equívocos ou arrependimentos. Desse modo, deve-se ter planejamento para escolher quais as decisões a serem tomadas para se realizar o investimento, assim, faz-se necessária a realização de uma análise detalhada e igualmente ponderada de todas as informações que envolvem para identificação dos respectivos custos envolvendo e alocação (Silva; Teixeira; Beiruth, 2016).

Oliveira e Kaspczak (2013) acrescentam que os principais investimentos associados às finanças pessoais estão relacionados às atribuições familiares, como: a caderneta de poupança, certificados de depósitos bancários, fundos de investimentos e mercado de ações. Ainda, podemos considerar a aquisição de imóveis, automóveis e outros bens materiais de uso familiar ou individual.

Nesse sentido, pode-se entender que é importante que se conheça o conceito, características e as modalidades dos investimentos para escolher a melhor forma de aplicação que seja mais adequada para o perfil do indivíduo ou de sua família, além de sanar as necessidades (Banco Central do Brasil, 2013).

Desse modo. Subentende-se que a importância das decisões de investimento pessoal não pode ser subestimada porque elas têm um impacto direto na qualidade de vida das pessoas. Tais decisões incluem acumular fundos para um adiantamento de uma casa ou automóvel, educação de uma criança, objetivos/sonhos pessoais e aposentadoria. Em relação a esta última, as pessoas tendem a investir para tal porque é no período da aposentadoria que elas buscam descansar depois de terem trabalhado toda a vida, então, ter uma boa base de investimentos para esse período torna-se algo necessário, para que seja uma época tranquila e sem empecilhos financeiros.

### **2.1.4 Aposentadoria**

Em um aspecto geral, compreende-se que a aposentadoria é um dos momentos mais esperados pelos contribuintes da previdência social, bem como para os servidores públicos que passam décadas trabalhando para conseguir uma estabilidade ao atingir certa idade, e assim, aproveitar a vida com menos preocupações e com dignidade.

O Banco Central do Brasil (2013) apresenta que para se ter uma aposentadoria com recursos financeiros para aproveitar a época da vida é necessário que haja a prevenção e proteção dos recursos financeiros durante o período que se está trabalhando, melhorando a renda individual, e com isso entender os riscos financeiros e quais são as melhores medidas para se ter um planejamento financeiro para aposentadoria. Assim, o indivíduo planeja e escolhe as vantagens em adotar estratégias independente do sistema previdenciário brasileiro, e, portanto, tornar-se gestor dos seus próprios investimentos.

Lameirão (2019) afirma que ao se ter um planejamento financeiro possibilita ter reservas para imprevistos que possa ter na vida, construir um patrimônio, seja ele financeiro

ou imobiliário, que garanta fontes na aposentadoria como renda suficiente para se ter uma vida tranquila e confortável.

A previdência social pode ser conceituada como a mais antiga seguradora dos trabalhadores brasileiros, ela é definida como um seguro público garantido a todos os cidadãos que de alguma forma contribuí para a mesma. O seu principal objetivo é reconhecer ou conceder alguns direitos aos seus segurados, uma vez que esses acabam contribuindo de forma mensal para a previdência. O INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) é a autarquia vinculada à previdência social que tem a responsabilidade de promover o reconhecimento do recebimento de tal benefício por parte de seus segurados (Ibrahim, 2011).

Dentre os tipos de aposentadoria pode-se destacar: por tempo de serviço, por invalidez e a especial. Ambas concedem aos indivíduos o direito a receber valores de acordo com os valores das contribuições promovidas junto ao INSS, assim como em observação a questões clínicas e o tempo no qual foram prestados serviços junto a organizações. Sendo que, os tipos de aposentadoria possuem requisitos ou atribuições que devem ser respeitados para conseguir o seu recebimento (Castro; Lazzari, 2012).

Pode-se considerar que a aposentadoria consiste em uma das principais formas de recebimento de valores financeiros dos brasileiros, devido a idade dos aposentados e as questões financeiras que os envolve se torna necessário um suporte aos mesmos, assim como uma orientação de como os valores podem ser investidos devidamente para conceder uma maior estabilidade.

De acordo com Martinez (2016), as pessoas realizam um planejamento para alcançar a aposentadoria promovendo principalmente o pagamento da previdência complementar, algo que pode ser incorporado aos valores pagos mediante os trabalhos de carteira assinada. Sendo estabelecido um valor e um tempo para contribuição mediante esse método, gerando *uma* maior agilidade quanto ao processo de aposentadoria.

A previdência complementar pode ser conceituada como uma das formas desenvolvidas legalmente para adicionar valores no montante a ser recebido na aposentadoria, a mesma vem ganhando cada vez mais força e espaço por proporcionar aos cidadãos uma forma íntegra e legal de aumentar o montante que será recibo pelos mesmos nos processos de aposentadoria. Por meio da previdência complementar determinados valores passam a ser somados com as contribuições previdenciárias, expandindo ainda mais os valores a serem recibos pelas pessoas na aposentadoria (Massuqueti; Koppe, 2018).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação aos procedimentos metodológicos, este estudo classificou-se quanto a abordagem do problema, como sendo qualitativo, posto que, como acentua Sampaio (2022, p. 27) na pesquisa de cunho qualitativo, “o pesquisador integra o contexto de estudo e o interpreta utilizando procedimentos metodológicos que o permitem entender um determinado evento pertencente àquele meio”.

Em relação aos objetivos, como descritivo, o que de acordo com Gil (2002, p. 42) trata-se daquele que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nesse intuito, esta pesquisa buscou descrever como ocorrem os comportamentos acerca da educação financeira dos servidores públicos do estado do Pernambuco.

No que diz respeito aos procedimentos, pode ser compreendido como sendo um estudo de casos múltiplos, posto que, como destaca Gil (2002), o estudo de caso, destina-se a compreender de forma aprofundada as particularidades de um ou alguns objetos específicos.

Este estudo assim classificou-se por ter buscado descrever de forma qualitativa o contexto de planejamento das finanças dos servidores públicos (casos) do estado do

Pernambuco clientes de uma instituição financeira específica, buscando compreender como eles planejam suas finanças.

No que diz respeito a coleta de dados, esta foi realizada por meio da aplicação de um questionário, que de acordo com Prodanov (2013) trata-se de uma série de perguntas a serem respondidas por escrito pelo respondente, sendo um instrumento ou programa de coleta de dados, com linguagem simples e direta, para que o respondente compreenda com clareza o que se está sendo perguntado. Nesse sentido, o questionário foi aplicado com os servidores residentes na cidade de Sertânia - PE, fazendo uso de perguntas fechadas e relacionadas a educação financeira, endividamento, investimento e reserva de emergência.

O questionário utilizado nesta pesquisa foi adaptado do estudo de Abreu e Abrantes (2022), o qual foi composto por 14 questões. Visando uma maior otimização do tempo e um maior alcance de respondentes, foi transformado em um questionário online via *google docs*, e enviado via *whatsapp* para os servidores.

O grupo de funcionários respondentes foi escolhido pela facilidade de comunicação e acesso a estes. Os dados foram coletados através do questionário online, que ficou disponível para respostas pelo período de uma semana durante o mês de novembro, após este tempo, o mesmo foi fechado, ou seja, não aceitava mais respostas, e os dados colhidos foram para a análise de resultados.

Ao todo foram contabilizados 47 respondentes, cada um deles respondeu individualmente às 14 questões propostas, reforça-se que, esta pesquisa possui cunho qualitativo, sendo assim não necessita de representação estatística, possibilitando que o quantitativo de respondentes seja igual ao número de pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

Ainda, a fim de um melhor embasamento e de permitir comparabilidade entre estudos, foram utilizadas na próxima seção, outras pesquisas já realizadas com servidores públicos de diversas outras instituições, permitindo uma melhor compreensão dos dados analisados.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscando uma melhor demonstração dos dados encontrados, esta análise de resultados divide-se em dois blocos, sendo o bloco 1, aquele que possui os dados sociodemográficos dos servidores respondentes. E o bloco 2 contempla as informações acerca dos conhecimentos financeiros e planejamento dos participantes.

Sendo assim, a primeira pergunta é referente ao sexo dos respondentes, como demonstrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1** -Sexo dos respondentes

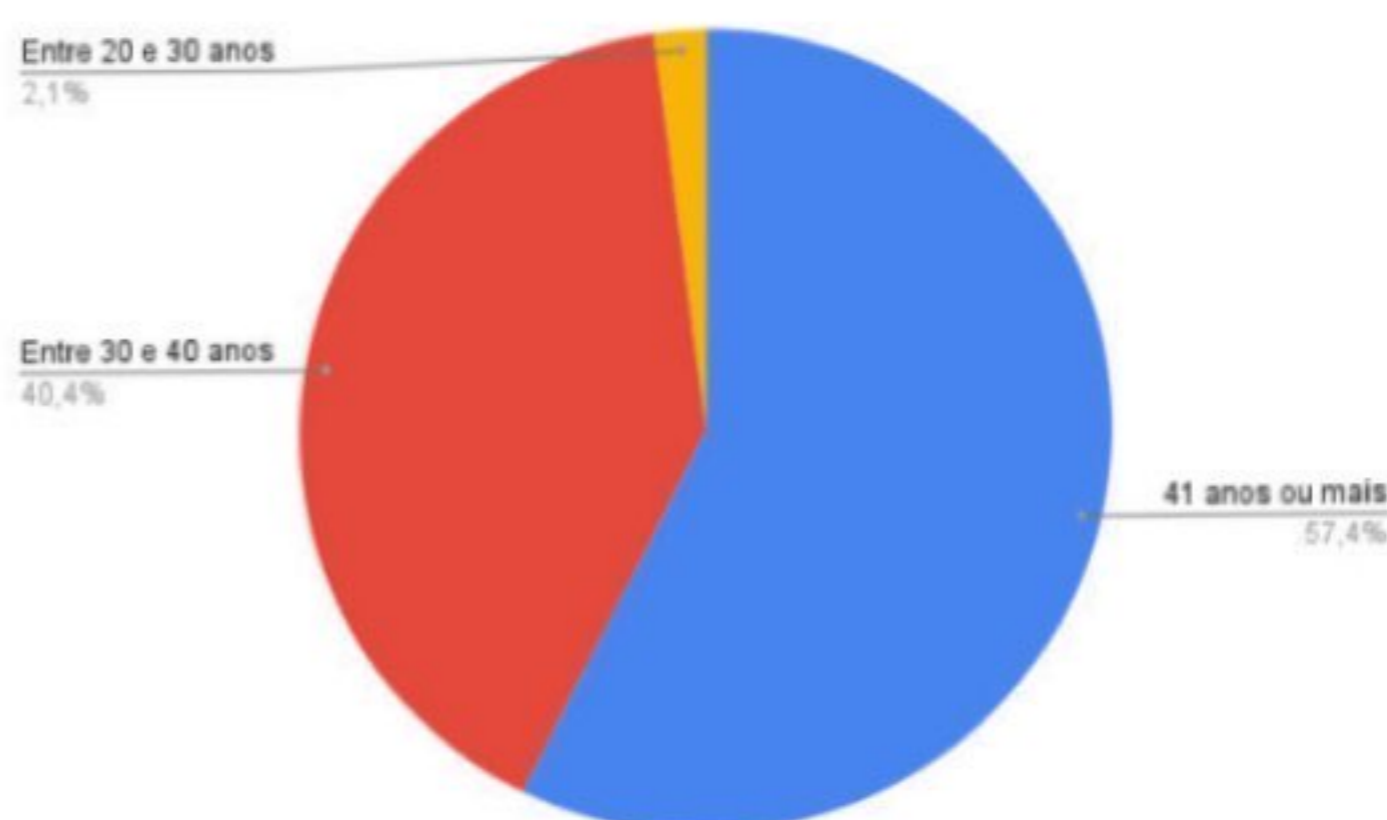


**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Como evidenciado no Gráfico 1 a maior parte dos respondentes é do sexo masculino, representando um percentual de 59,6%. Ressalta-se que, foram utilizados sete estudos para comparação de dados e apenas no estudo de Silva, Teixeira e Beiruth (2016) havia mais pessoas do sexo feminino do que masculino, como respondentes da pesquisa. Em todos os demais estudos utilizados: Claudino *et al.* (2009); Punhagui, Vieira e Favoreto (2016); Silva, Silva Neto e Araújo (2017); Santos *et al.* (2020); Silva *et al.* (2020) e Abreu e Abrantes (2022), a maioria dos servidores pertenciam ao sexo masculino, demonstrando assim uma predominância deste sexo no tocante a servidores públicos.

Em seguida, foi questionada a faixa etária dos respondentes, como demonstrado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Faixa etária**

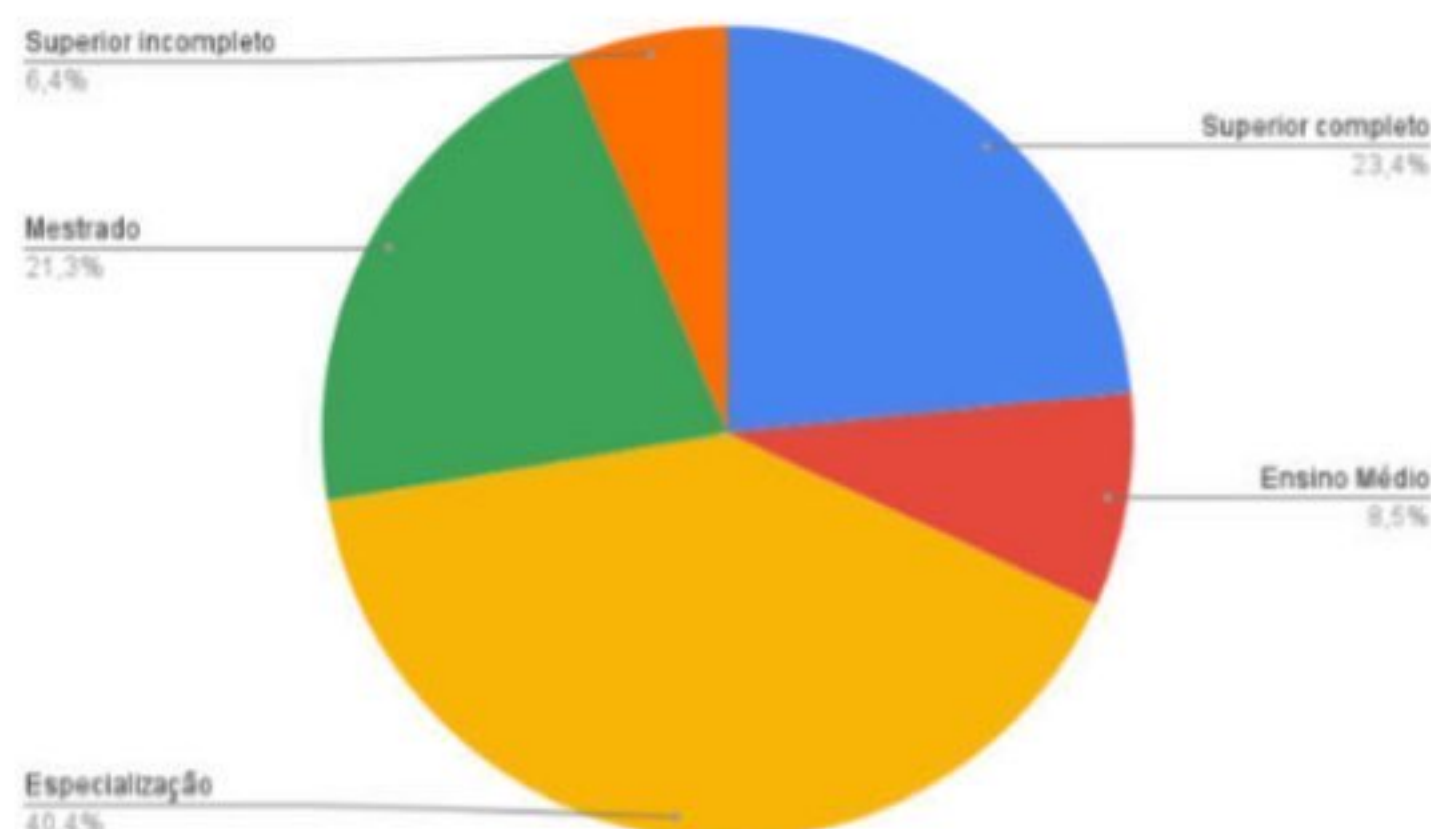


**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Como demonstram os dados presentes no Gráfico 2, a maior parte dos servidores possuem mais de 30 anos, sendo que o percentual mais expressivo corresponde aqueles que têm mais de 41 anos, correspondendo a 57,4% deles. Estes dados concordam com os achados da pesquisa de Silva, Silva Neto e Araújo (2017), onde mais da metade dos respondentes possuíam mais de 46 anos de idade. Já a pesquisa de Abreu e Abrantes (2022), concorda em parte com esses dados, uma vez que, nela os autores encontraram como percentuais mais expressivos, 37,74% dos servidores com 41 anos ou mais, e 37,74% dos respondentes tendo entre 20 e 30 anos.

A seguir, o Gráfico 3 enfatiza o nível de escolaridade dos respondentes.

**Gráfico 3 - Escolaridade dos respondentes**

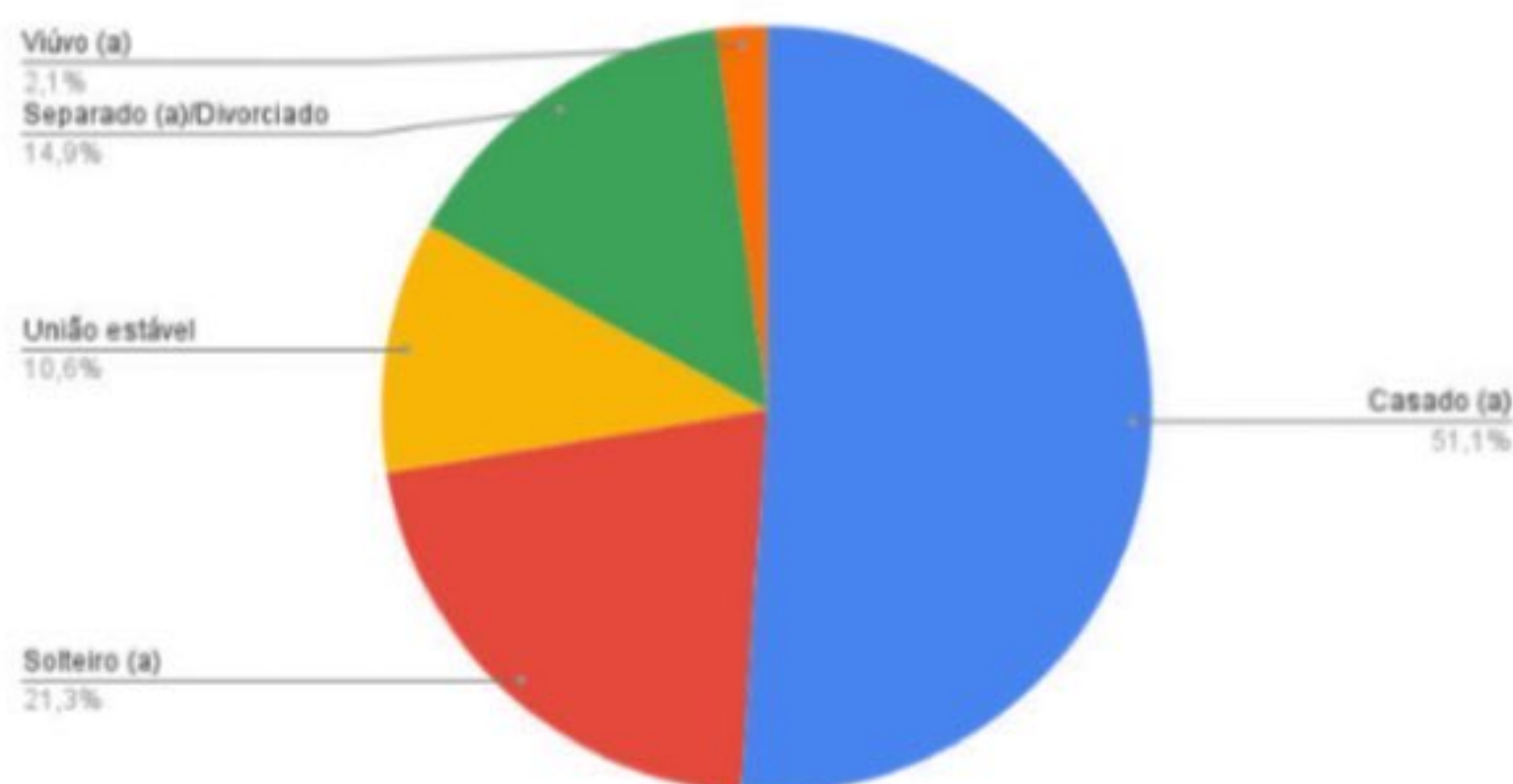


**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Os dados evidenciados no Gráfico 3 demonstram que o maior percentual corresponde aos servidores que possuem algum título além da graduação, sendo representados por 40,4% dos respondentes que tem especialização e 21,3% que possuem mestrado. Esses dados corroboram em parte com os achados da pesquisa de Punhagui, Vieira e Favoreto (2016), onde, em seu estudo, 48% dos servidores que responderam à pesquisa possuíam alguma titulação além da graduação, sendo que desses, 21,89% possuíam algum tipo de pós-graduação, 7,96% possuíam mestrado e 18,41% eram doutores.

Em seguida, encontram-se representadas no Gráfico 4 as informações referentes ao estado civil dos servidores.

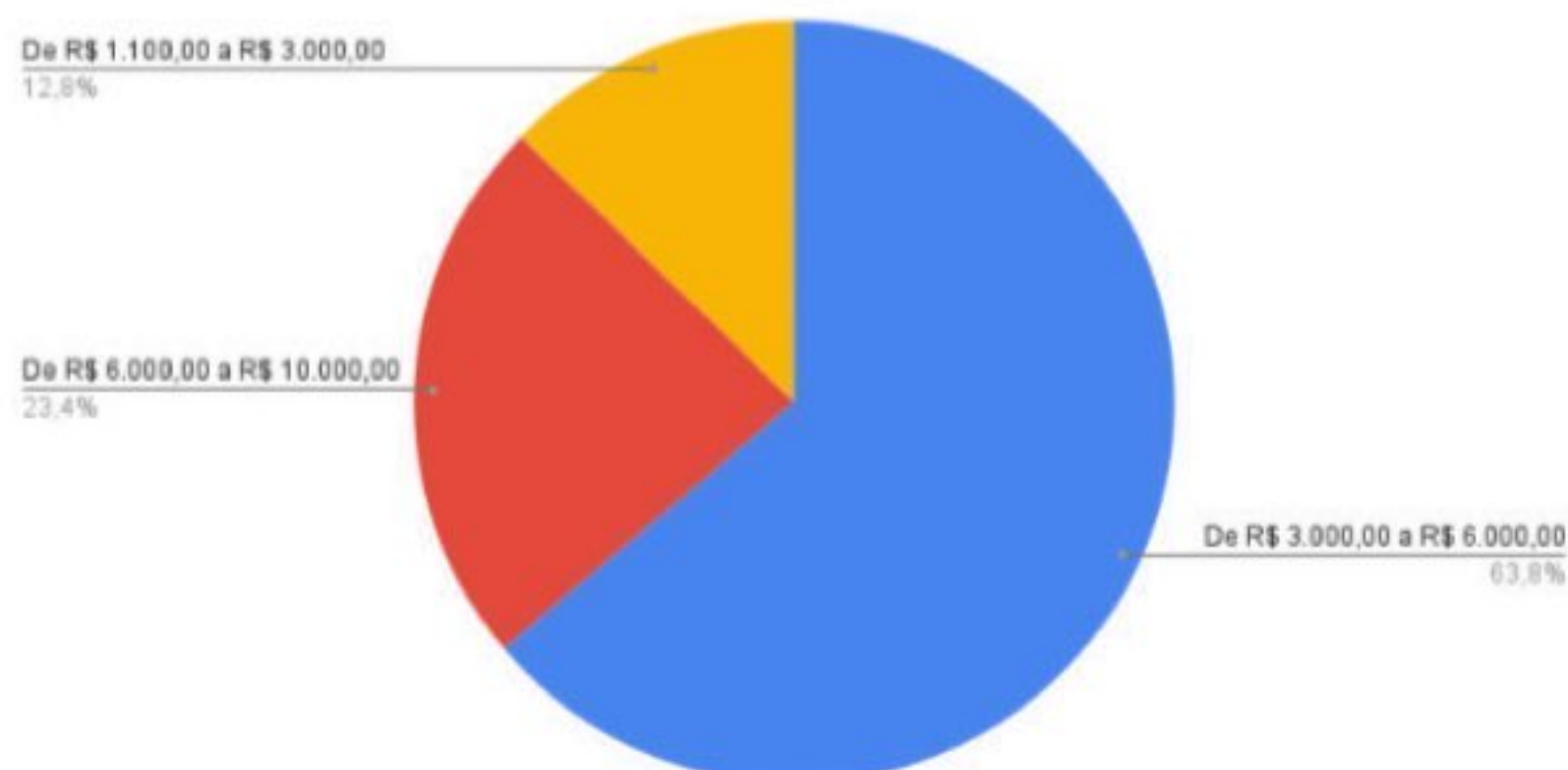
**Gráfico 4 - Estado civil**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Com base nos achados evidenciados no Gráfico 4, a maioria dos servidores que responderam a pesquisa são casados, representando 51,1%, seguidos daqueles que são solteiros correspondendo a 21,3% respectivamente. Estes achados estão de acordo com o que foi encontrado também por Silva, Teixeira e Beiruth (2016) e de Abreu e Abrantes (2022) onde, na primeira, 56% dos respondentes da pesquisa eram casados e 20% identificaram-se como sendo solteiros, já na segunda, os casados correspondiam a 50,95% e os solteiros a 33,96% respectivamente.

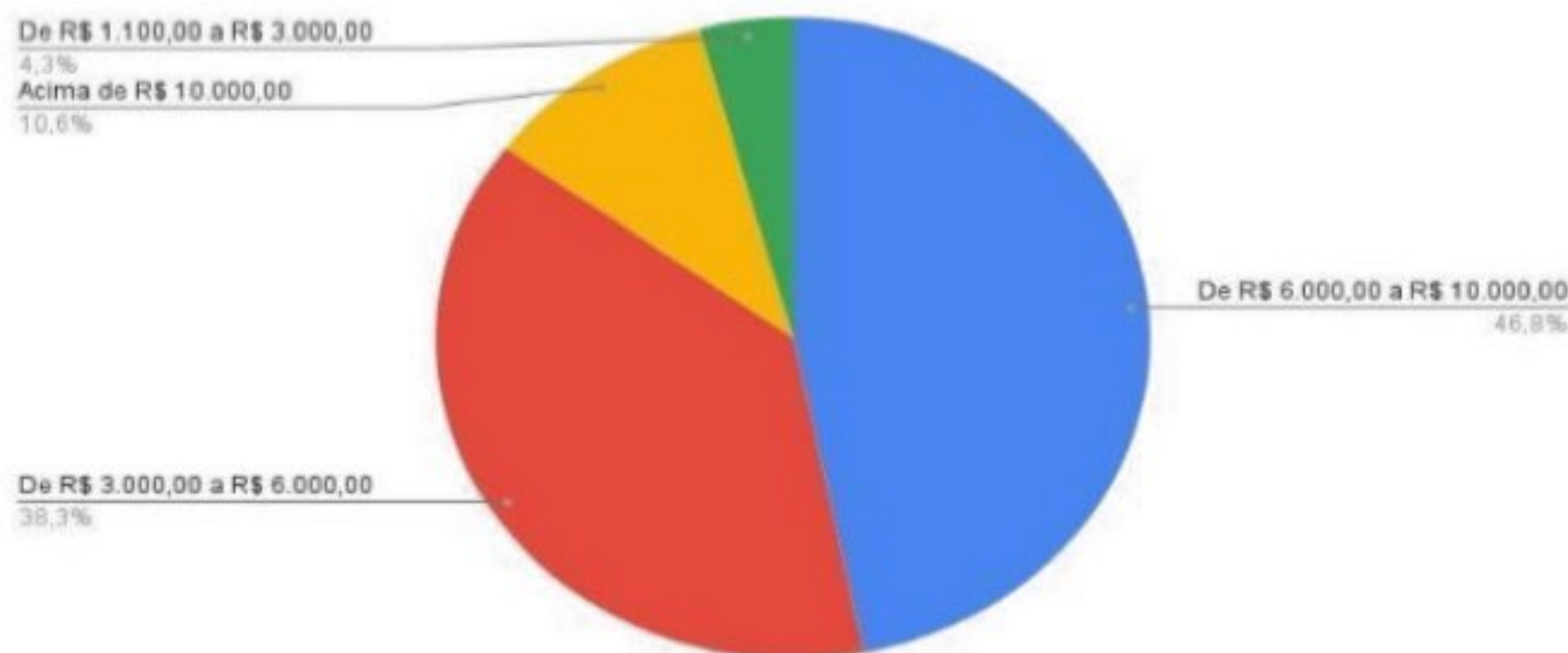
Posteriormente, os servidores foram questionados sobre sua faixa salarial, como exemplifica o Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Faixa salarial**

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Conforme representado no Gráfico 5, a maior parte dos servidores possui renda mensal entre R\$ 3.000,00 e R\$ 6.000,00, correspondendo a um total de 63,8% do número de respondentes. Ressalta-se que este é um dado que apresentou grandes variações de um estudo para outro. Posto que, no estudo de Punhagui, Vieira e Favoreto, 40% dos respondentes tinham entre 6 e 9 salários-mínimos, já na pesquisa de Abreu e Abrantes (2022), a maior predominância salarial concentrou-se entre R\$ 1.110,00 e R\$ 3.000,00. Ainda, no estudo de Silva, Teixeira e Beiruth (2016), o maior número de respondentes concentrou-se naquelas pessoas que possuíam entre R\$ 2.000,01 e R\$ 3.000,00 reais.

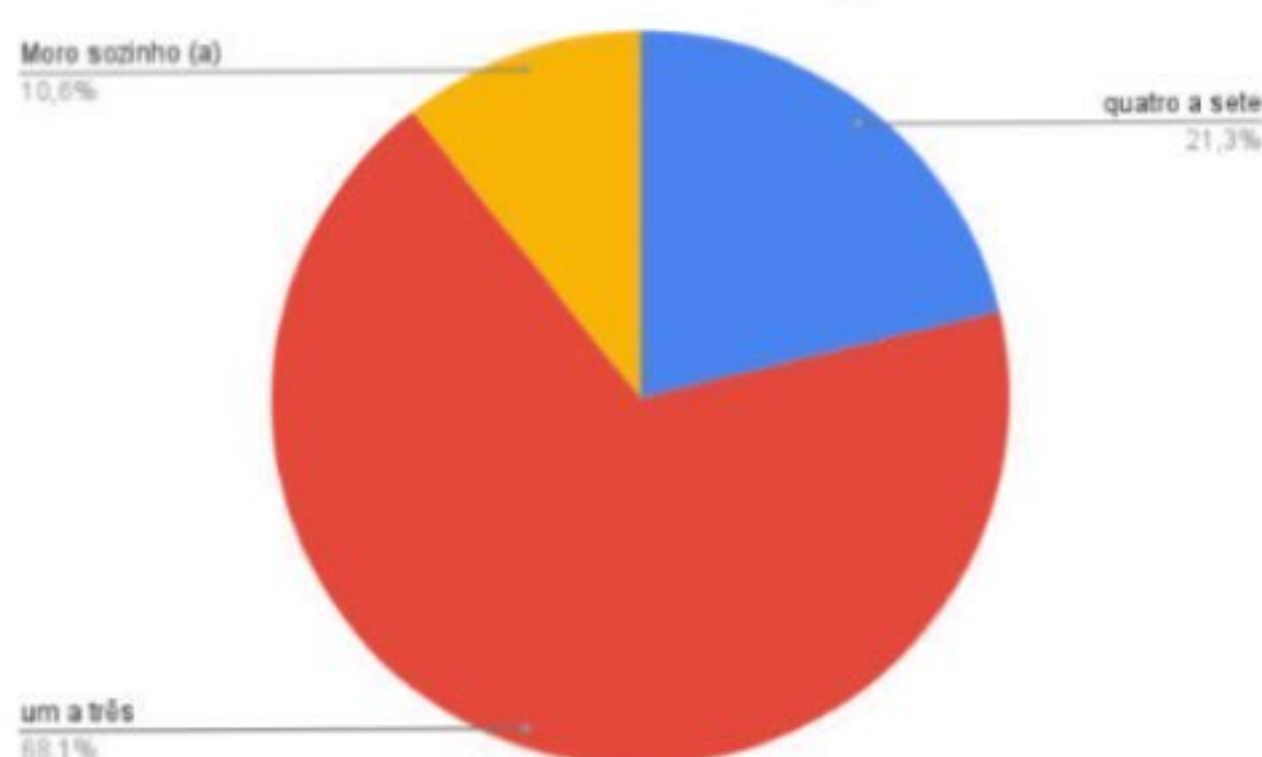
Dando prosseguimento, no Gráfico 6 encontram-se representados os dados relativos à renda total familiar dos servidores.

**Gráfico 6 - Renda total familiar**

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

De acordo com os dados evidenciados, nota-se que o percentual mais expressivo concentra-se em 46,8% dos respondentes, que possuem renda total familiar de R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00. Estes achados concordam parcialmente com o que foi encontrado por Silva, Silva Neto e Araújo (2017), onde em seu estudo, puderam constatar que a maioria dos respondentes possuíam renda bruta familiar mensal entre R\$ 7.880,00 e R\$ 15.760,00.

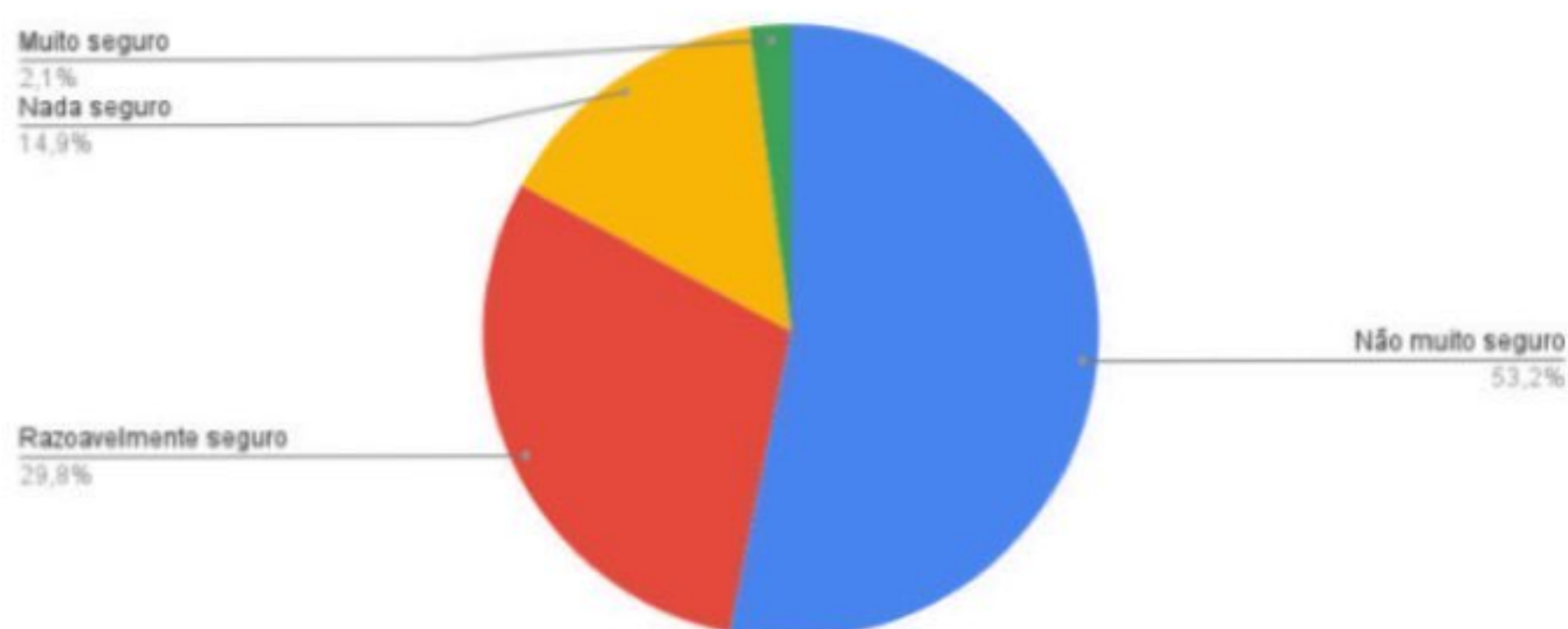
Avançando no estudo, o Gráfico 7 representa o número de dependentes que convivem com cada respondente, como dependente entende-se aqui: filhos, cônjuge, parentes e quaisquer outra pessoa que resida na mesma casa.

**Gráfico 7 - Número de dependentes**

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

De acordo com os dados evidenciados, percebe-se que a maioria dos questionados, possuem entre 1 e 3 dependentes residindo junto a si. Estes dados concordam com os achados de Claudino (2009) que em sua pesquisa encontrou que a maioria dos respondentes possuía 3 dependentes. Ainda, está de acordo também com o que foi encontrado por Silva, Silva Neto e Araujo (2017) que puderam constatar que mais da metade dos respondentes de sua pesquisa possuíam algum dependente.

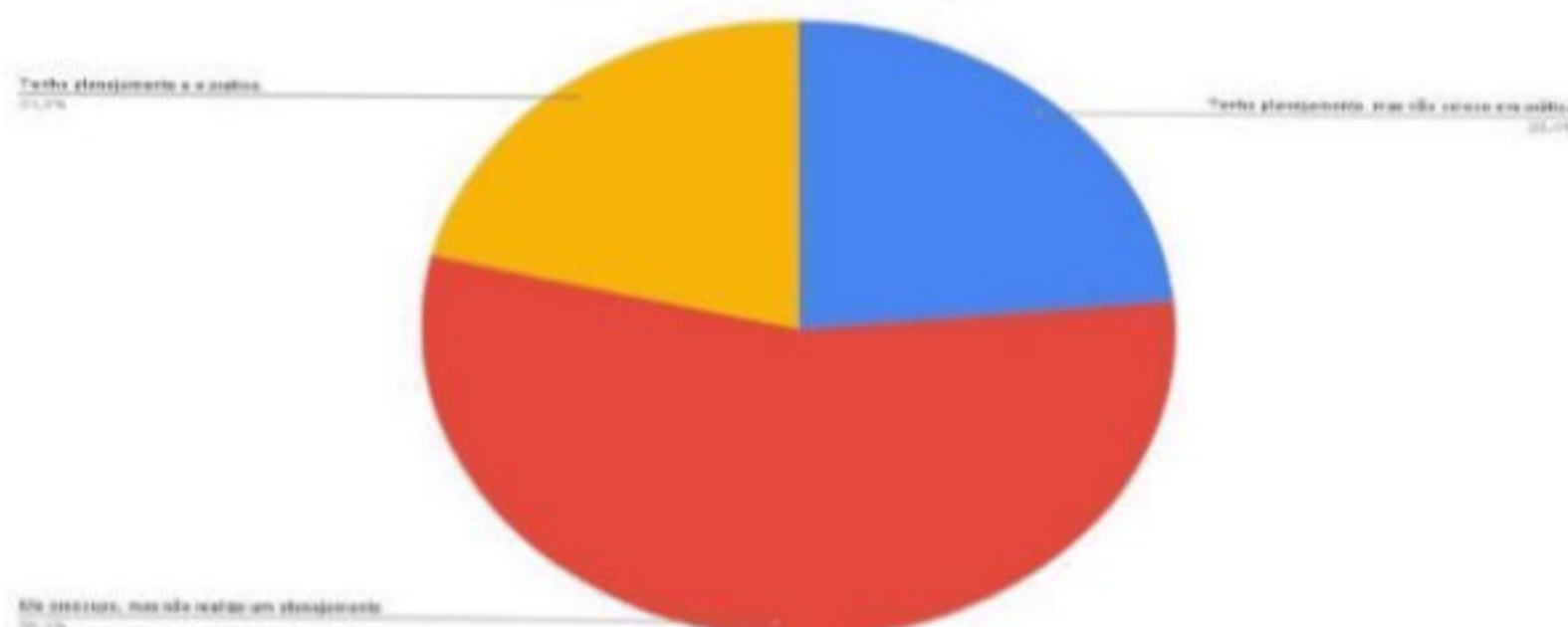
Após respondidas as questões sociodemográficas, iniciou-se o segundo bloco de perguntas, onde foram realizados questionamentos direcionados aos conhecimentos e comportamentos financeiros dos servidores. Nesse intuito, o Gráfico 8 visa demonstrar o nível de conhecimento financeiro dos respondentes.

**Gráfico 8 - Nível de conhecimentos financeiros**

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Com base nos achados evidenciados anteriormente, pode-se notar que uma quantidade mínima de respondentes se sente muito seguros em relação aos seus conhecimentos financeiros, enquanto, a maior parte, isto é, 53,2% dos investigados não se consideram muito seguros e pontuam que gostariam de saber um pouco mais sobre finanças. Nessa mesma visão, a pesquisa de Punhagui, Vieira e Favoreto (2016) também demonstrou que 54,29% dos respondentes da pesquisa não se sentiam seguros em relação aos seus conhecimentos financeiros, e também Claudino et al. (2009) encontrou em seu estudo 44% do total de servidores que consideravam seus conhecimentos em educação financeira insuficientes.

A seguir, os respondentes foram questionados sobre a sua posição em relação ao planejamento financeiro, os dados levantados encontram-se assim representados no Gráfico 9.

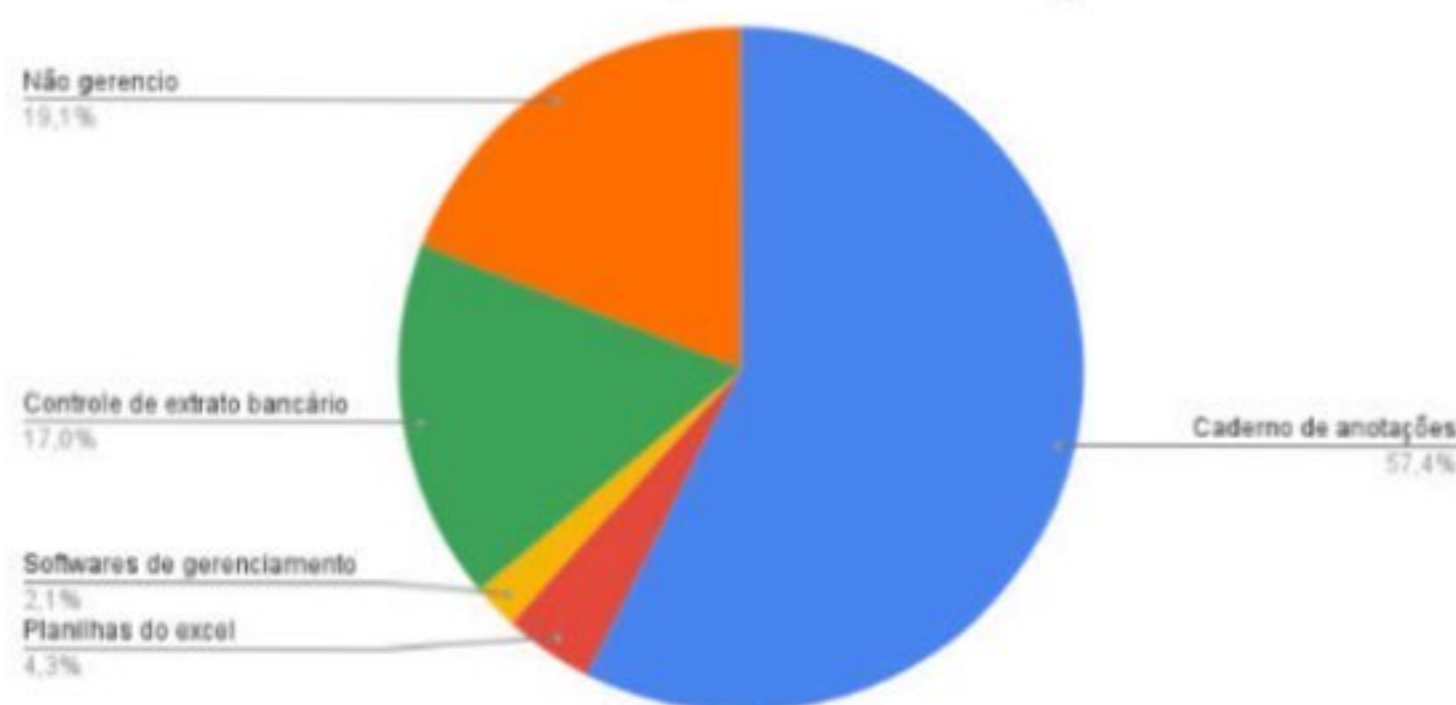
**Gráfico 9 - Posição sobre planejamento financeiro**

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

Os achados evidenciam que 55,3 % dos respondentes se preocupam, mas não realizam um planejamento financeiro. Estes dados são de certa forma contrários aos que foram achados por Silva *et al.* (2020), uma vez que, em sua pesquisa os autores encontraram que 51,2% dos servidores que responderam à pesquisa se preocupam com a elaboração de um planejamento financeiro.

No estudo desenvolvido por Claudino *et al.* (2009), o percentual de respondentes que disse ter conhecimento sobre a elaboração de planejamento financeiro foi de 48,4% dos respondentes.

Prosseguindo, os servidores foram indagados a respeito de quais métodos utilizam para fazer o controle e gerenciamento de suas finanças, os resultados obtidos para esta questão encontram-se evidenciados no Gráfico 10.

**Gráfico 10 - Instrumentos utilizados para controle e gerenciamento das finanças**

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2023.

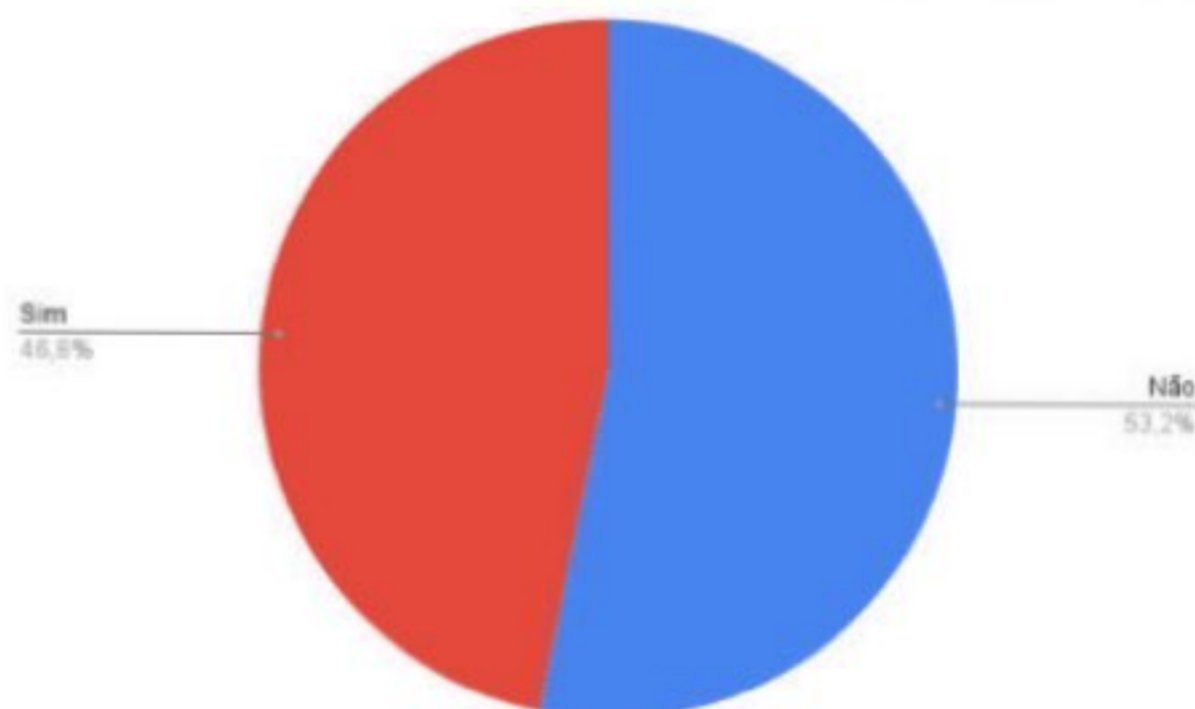
Como pode-se observar a partir da análise do Gráfico 10, o instrumento mais utilizado para gerenciamento e controle das finanças por parte dos respondentes é o caderno de anotações, atingindo um percentual de 57,4%. Este dado vai de encontro com o que foi achado na pesquisa de Abreu e Abrantes (2022), onde 52,83% dos respondentes também se utilizavam do caderno de anotações como principal meio de gerenciamento e controle.

Nota-se ainda que, instrumentos de cunho mais tecnológico como softwares e planilhas do *excel* são os que encontram menor representatividade. Tal achado, abre caminhos que podem dar embasamento para questões futuras, que poderão buscar compreender a preferência de um meio em detrimento de outros.



Dando continuidade, os respondentes foram questionados sobre se considerarem pessoas endividadas, sendo-lhes pedido ainda que justificassem sua resposta. As respostas afirmativas e negativas deles, encontram-se evidenciadas no Gráfico 11.

**Gráfico 11 - Respondentes que se consideram endividados**



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

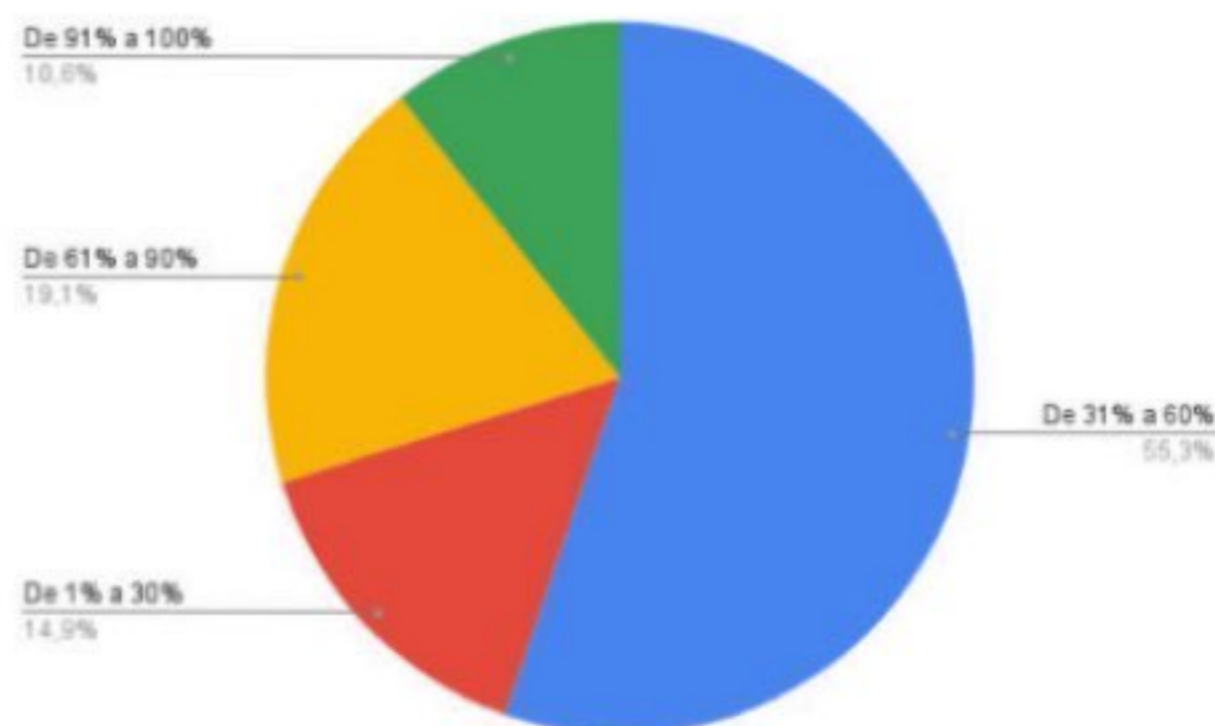
Como pode-se observar, pouco mais da metade dos servidores participantes da pesquisa respondeu negativamente, ou seja, não se consideram pessoas endividadas, correspondendo a um total de 53,2% dos respondentes. Dentre as principais justificativas das pessoas que responderam não ser endividadas ressalta-se o fato de: gastar menos do que se ganha e ter controle sobre o que se gasta.

Por outro lado, 46,8% dos respondentes da pesquisa disseram se considerar endividados, e como principais justificativas para esta questão, destacam-se: possuir empréstimos, cartão de crédito, dívidas ainda decorrentes da pandemia e o fato de ser apenas uma pessoa para manter toda a estrutura financeira do lar.

Na pesquisa desenvolvida por Silva et al. (2020), apenas 18,4% dos respondentes não se consideravam pessoas endividadas, enquanto 49,1% consideraram-se pouco endividados. Ainda, os autores fizeram um cruzamento entre os níveis de conhecimentos em educação financeira e de endividamento, a partir do qual constataram que, servidores sem dívidas ou pouco endividados faziam parte do grupo que possuía conhecimentos satisfatórios em educação financeira, enquanto os respondentes que possuíam conhecimentos insuficientes em educação financeira representavam a maior parte dos indivíduos sobre endividados.

Dando prosseguimento ao estudo, foi indagado qual o percentual de rendimentos que estão comprometidos com prestações e/ou obrigações, encontrando-se no Gráfico 12 as respostas dos servidores.

**Gráfico 12 - Percentual de rendimentos que estão comprometidos com prestações/obrigações**



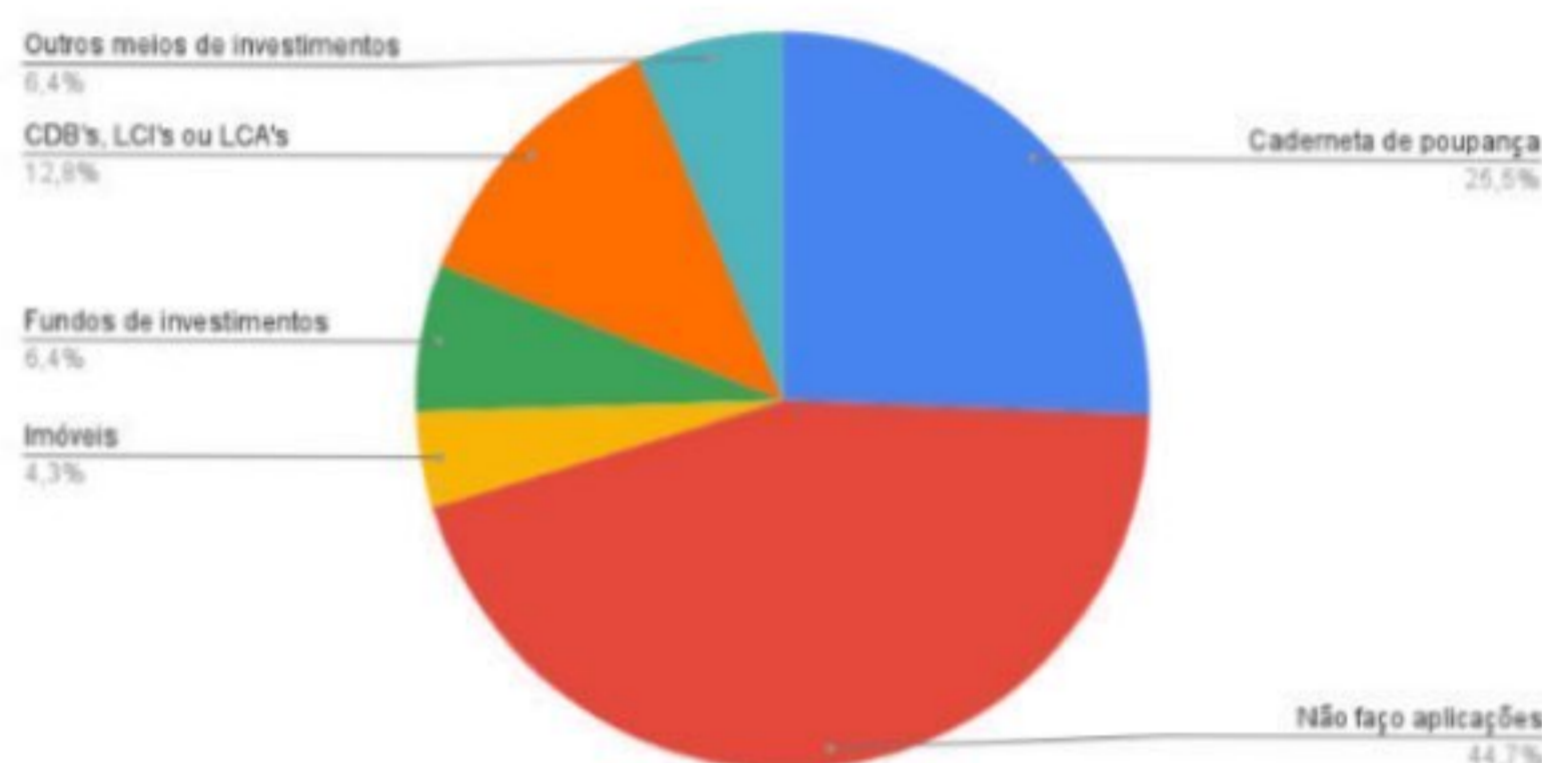
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Assim, como demonstrado no Gráfico 12, mais da metade dos respondentes disse ter entre 31% e 60% de sua renda comprometida com prestações ou obrigações. Na pesquisa de Abreu e Abrantes (2022), o percentual mais expressivo de respondentes também se concentrou nessa faixa, correspondendo a 39,62% dos servidores participantes.

Ainda, ressalta-se o fato de que 10,6% possuem de 91% a 100% de sua renda comprometida com prestações e/ou obrigações. Nesse intuito, ao observar-se estudos anteriores nota-se que este é um dado que vem crescendo ao logo dos anos, uma vez que, no estudo de Claudino et al. (2009), eram 6% o número de servidores que tinham seus gastos mensais excedendo sua renda, já no estudo de Abreu e Abrantes (2022), o percentual que apresentava mais de 90% da renda comprometida era de 7,54%, e nesta pesquisa já há uma variação de cerca de 3% a mais que no estudo anteriormente citado.

Em continuidade ao estudo, os servidores foram questionados se realizam algum tipo de investimento, tais dados encontram-se representados no Gráfico 13.

**Gráfico 13 - Respondentes que realizam investimentos**

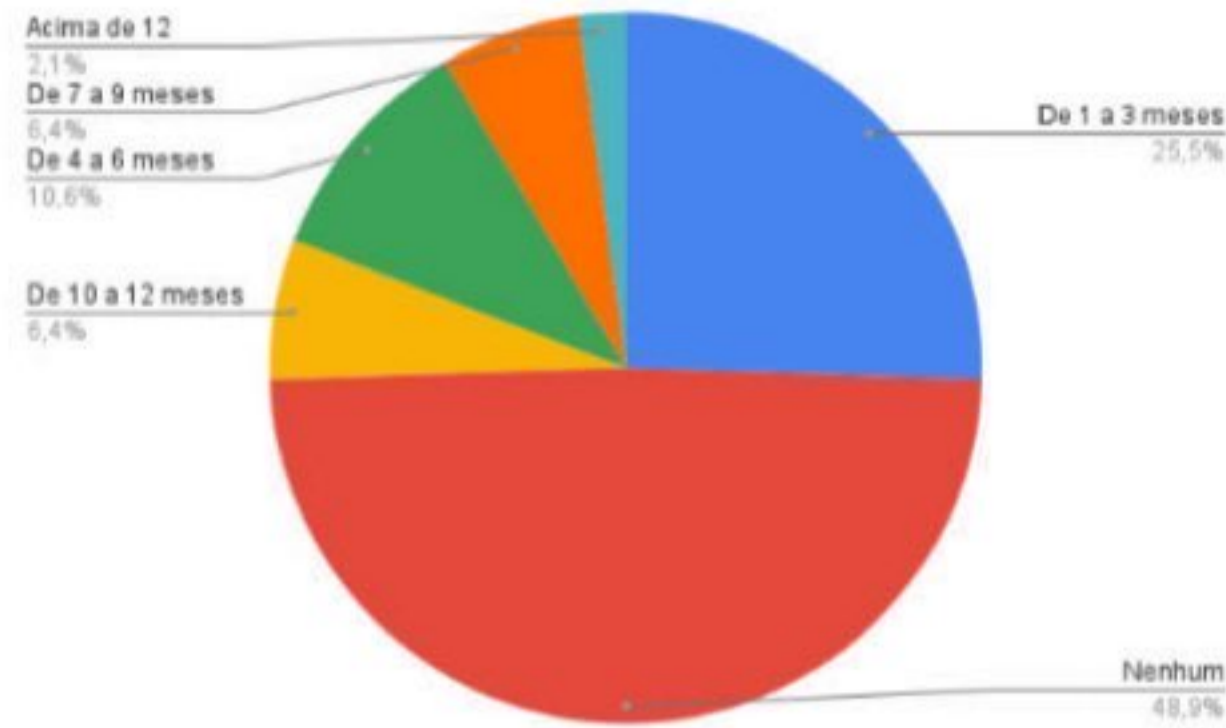


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Com base nos achados, nota-se que um expressivo percentual de servidores não realiza aplicações, sendo 44,7% do total dos respondentes. Estes dados concordam com o que foi evidenciado na pesquisa de Silva, Silva Neto e Araújo (2017), que também puderam constatar que tanto os homens quanto as mulheres apresentavam baixa percepção sobre investimentos. Nota-se ainda que, dentre os que investem, o meio de investimento mais utilizado pelos respondentes é a caderneta de poupança com um percentual de 25,5%, e ainda, não houveram pessoas que invistam em ações, títulos públicos e criptomoedas.

Na última questão, foi indagado aos servidores se eles possuem reserva de emergência e se em caso de imprevisto, quanto tempo essa reserva conseguiria cobri-los. Os dados encontram-se evidenciados no Gráfico 14.

**Gráfico 14 - Se os respondentes possuem reserva de emergência e em caso de imprevisto quanto essa reserva conseguiria cobri-los**



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 14, o percentual de servidores que não possuem reserva de emergência é de 48,9%, e ainda, dentre os que possuem este suporte, 25,5% respondeu que em caso de imprevistos ela só seria capaz de cobrir de 1 a 3 meses. Estes dados vão de encontro com os achados de Abreu e Abrantes (2022), pois, sua pesquisa também demonstrou que boa parte dos respondentes, 33,96% não possuíam reserva de emergência, e 39,62% possuíam reserva suficiente apenas para cobrir de 1 a 3 meses de imprevistos.

Assim, nota-se que boa parte dos achados concordam com outras pesquisas já realizadas, enquanto, algumas variáveis apresentam valores divergentes. Como exemplo, cita-se que Abreu e Abrantes (2022), onde há familiaridade entre este e aquele estudo, uma vez que, os dados sociodemográficos ou concordam totalmente ou em partes, já os dados discordantes dizem mais respeito aos conhecimentos financeiros e de planejamento dos servidores, desta e daquela pesquisa.

Contudo, ressalta-se que há uma necessidade de expansão de conhecimentos e práticas da EF, principalmente quando se observam dados sobre reserva de emergência e endividamento, uma vez que, subtende-se que os principais pilares da EF são controle, orçamento e investimentos. E, com base nos achados e para o grupo deste estudo é perceptível que ainda há um desequilíbrio dessas variáveis pela população estudada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou identificar como os servidores públicos do estado do Pernambuco planejam suas finanças. Para tal, foi desenvolvido um estudo multicase, através da aplicação de um questionário com servidores públicos estaduais que são clientes de uma instituição bancária do estado de Pernambuco.

Através dos dados coletados foi possível caracterizar o perfil sociodemográfico dos servidores e conhecer o planejamento e comportamento financeiro dos servidores.

Ainda, de acordo com os dados é possível perceber que há de certa forma pouco conhecimento ou aplicação de técnicas da educação financeira por parte dos servidores participantes. Este dado pode ser constatado ao levar-se em consideração que a maioria dos respondentes possui renda mensal familiar muito acima da renda básica e mesmo assim, ainda é expressivo o número de pessoas que não possuem uma reserva de emergência, além de boa parte ter a sua renda comprometida com obrigações. O que por sua vez, demonstra que as pessoas participantes não estão conseguindo fazer o equilíbrio entre gastar, poupar e investir.

Ademais, esta pesquisa limita-se no fato de ter sido realizada com servidores que são clientes de apenas uma agência da instituição e também por ter levado em consideração apenas uma instituição bancária. Ficando assim como sugestão para pesquisas futuras, a

realização de estudos comparativos entre instituições, e/ou a ampliação para outras agências, aumentando assim o público-alvo da pesquisa.

No mais, enfatiza-se o fato da educação financeira ser um dos pilares capazes de trazer bem-estar para as pessoas, uma vez que, quando se tem as finanças organizadas, as chances de manter a organização em outros aspectos é bem maior. Assim, estudos que tratem desta temática devem continuar sendo desenvolvidos para uma maior promoção e disseminação do conhecimento sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Gustavo Soares de; ABRANTES, Afrânio Souto Duque de. Educação financeira: um estudo de caso sobre o planejamento financeiro dos servidores públicos do município de Marizópolis – PB. **Bioethics Archives, Management and Health**. v. 2, n. 1, p. 27-41, 2022.
- ANDRADE, Jefferson Pereira; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. Educação Financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Economia e Gestão**, v. 18, n. 49, 2018.
- ÁVILA, Paula Alexandra Soares Corpas; FERREIRA, Marlette Cassia Oliveira. Educação financeira: materialismo e o endividamento do servidor público de Caraguatatuba. In: **CLAV 2019**. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013.
- BEUREN, Ilse Maria et al. (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. – 8. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2013.
- CAMPOS, Marcelo Bergamini *et al.* Educação financeira na matemática do ensino fundamental: uma análise da produção de significados. 2012.
- CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 14ª ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.
- CLAUDINO, Lucas Paravizo *et al.* Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2009.
- D'AQUINO, Cássia de. **Educação Financeira: Como educar seus filhos**. 2018.
- FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Adm FACES Journal Belo Horizonte**, v.12, n. 2, p. 13-35, 2013.
- GAVA, Fernando. **As finanças pessoais: entendendo os problemas financeiros e balanceando o orçamento doméstico**. 2014. Monografia – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Pâmela Caroline. Inadimplência e endividamento das famílias brasileiras no período de 2014: algumas alternativas ao endividamento familiar. **Revista Eletrônica de Debates em Economia**, v. 4, n. 1, 2016.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamentos 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Economia mundial**. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/economia-mundial/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 16 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011.

LAMEIRÃO, Cristiane Giacometti. **Educação Financeira: um estudo de caso com professores municipais**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2019. 27 f.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes *et al.* Fatores que influenciam o endividamento e a inadimplência no setor imobiliário da cidade de Toritama-PE à luz das finanças comportamentais. **Holos**, v. 6, p. 90-113, 2014.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Primeiras lições de previdência complementar**. São Paulo: LTR, 2016.

MASSUQUETI, Angélica; KOPPE, Nair. A emergência da Previdência Privada: uma análise do modelo chileno. *In: Encontro de Economia Catarinense*, 2., 2018, Chapecó.

MESSIAS, José Flávio; SILVA, José Ultemar; SILVA, Pedro Henrique Calderoni. Marketing, Crédito & Consumismo: Impactos sobre o endividamento precoce dos jovens Brasileiros. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 43-59, 2015.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**, 2005.

OLIVEIRA, R. B.; KASPCZAK, M. C. M. **Planejamento Financeiro pessoal: uma revisão bibliográfica**. Paraná, 2013. Disponível em: <[www.admpg.com.br/2013/down.php?id=577&q=1](http://www.admpg.com.br/2013/down.php?id=577&q=1)>. Acesso em: 30 out. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUNHAGUI, Bruno Chimentão; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; FAVORETO, Ricardo Lebbos. Educação financeira e decisões de consumo: uma pesquisa com servidores públicos do Instituto Agrônomo do Paraná. **Revista de Estudos**, Londrina, V. 7, N. 97 12, P. 97-116, JAN./JUN. 2016.

REIS, Ana Paula Santos. **Os principais fatores que influenciam no endividamento e inadimplência das famílias brasileiras**. 2020. 20 p. Artigo (Bacharelado em Administração) – Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. São Paulo, 2017. 20 – 35 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração - Universidade de São Paulo.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da pesquisa**. 1 ed. Santa Maria, RS : UFSM, CTE, UAB, 2022.

SANTOS, Gabriela Martins dos *et al.* O papel da educação financeira no endividamento: estudo de servidores de uma instituição pública de ensino do estado de São Paulo. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, v. 10, 2020.

SEILLIER, Martha; GADELHA, Bertha. **Retomada econômica no pós-Covid: o investimento em infraestrutura como indutor de prosperidade**. 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/economia/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/artigos/2020/retomada-economica-no-pos-covid-o-investimento-em-infraestrutura-como-indutor-de-prosperidade](https://www.gov.br/economia/pt-br/canais_atendimento/imprensa/artigos/2020/retomada-economica-no-pos-covid-o-investimento-em-infraestrutura-como-indutor-de-prosperidade)>. Acesso em: 30 out. 2020.

SILVA, Adriana Cristina *et al.* Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, v. 8, n. 2, 2020.

SILVA, Ana Karine Paulino da *et al.* FINANÇAS PESSOAIS: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará. **Rev. Elet. Gestão e Serviços**. V.11, n2, Jul./Dez. 2020.

SILVA, Jucyara Gomes da; SILVA NETO, Odilon Saturnino; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro da Cunha. Educação Financeira de Servidores Públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104-120, mai./ago. 2017.

SILVA, Rogério da; TEIXEIRA, Arilda; BEIRUTH, Aziz Xavier. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do Centro-Oeste brasileiro. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 5, n. 10, 2016.

SPC BRASIL. **Educação financeira: orçamento pessoal e endividamento**. 2019. Disponível em: <[https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/01/analise\\_pesquisa\\_educacao\\_financeira\\_2019.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/01/analise_pesquisa_educacao_financeira_2019.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2020.

TEMPLETON, William K. Financial education and asset allocation. **Financial Services Review**, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2016.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Administração da Unimep-Unimep Business Journal**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, o agradecimento maior é para Deus, por ter chegado até aqui, ter conseguido concluir mais essa etapa. Por Ele não ter me permitido desistir, sempre me dando forças e mostrando que sou capaz.

Ao meu filho, João Marcus, pelo simples fato de existir e dar um novo sentido a minha vida, sem ele não sei como seria, e hoje, tudo é por ele.

À minha família no geral, por estarem sempre ao meu lado, me ajudando, apoiando e vibrando por cada conquista. E nesta reta final em especial à minha mãe e minha irmã, obrigada por tudo.

Ao meu marido, por sempre me encorajar, torcer, apoiar dentro e fora da faculdade, e afirmar que sou capaz e tudo daria certo.

Aos meus/minhas colegas de turma por terem tornado toda a caminhada mais leve, em especial às minhas Luluzinhas por sempre estarmos juntas, segurando a mão uma da outra até o final, em tudo.

Aos meus amigos(as) fora do curso, que são presentes na minha vida, por sempre me apoiarem e darem forças para concluir.

Aos professores do curso de Contábeis, por todo ensinamento, todo apoio, e por fornecerem tudo que era necessário para este trabalho e vida profissional, minha eterna admiração e agradecimento.

À minha querida ex-coordenadora Lilian, por todo apoio e amizade dentro e fora da UEPB, onde me ajudou a concluir metade deste trabalho, não me deixou desistir em nenhum momento.

E a minha grandiosa coordenadora Mauricéia, por ter aceito meu trabalho com tanta dedicação e carinho, por ter me feito acreditar que daria tempo, que daria certo, que junto

comigo iríamos conseguir, e deu certo, obrigada por tudo, minha admiração por você só aumenta.

E por fim, à todos os profissionais que juntos compõem a UEPB CAMPUS VI - Monteiro, PB, por toda ajuda e suporte durante o período de curso, cada um é essencial.